INFORMAÇÕES

Portugal: as remessas dos emigrantes na balança de pagamentos da Metrópole

De acordo com valores calculados pelo Banco de Portugal, durante o 1.º semestre de 1971 a balança das transacções correntes de mercadorias da Metrópole acusou um *déficit* de 5528 milhares de contos, contra 4219 milhares de contos no 1.º semestre de 1970. Esse déficit foi porém amplamente superado pelo saldo positivo da balança dos invisíveis, que atingiu naquele semestre 8874 milhares de contos, contra 5304 milhares de contos em igual período de 1970. Verificou-se que, entre os dois períodos, o saldo positivo da rubrica «turismo» se elevou de 1656 para 2665 milhares de contos, enquanto o da rubrica «transferências privadas» (essencialmente constituída por remessas monetárias de emigrantes) subiu de 5743 para 8073 milhares de contos. Este último valor permite prever que até ao fim de 1971 se verificará novo e substancial incremento do saldo positivo anual da respectiva conta, saldo que nos anos mais recentes acusou a seguinte evolução: 9036 milhares de contos em 1968, 11 977 em 1969 e 14 567 em 1970.

Itália: unificação das organizações sindicais

Em Novembro de 1971, uma reunião conjunta dos conselhos gerais das três grandes confederações sindicais italianas — a C. G. I. L., de dominante comunista, a C. I. S. L., de maioria democrato-cristã, e a U. I. L., de preponderância social-democrata — decidiu a sua unificação, de acordo com o seguinte calendário. Em 21 de Setembro de 1972, cada uma das confederações realizará um congresso de dissolução. Posteriormente e antes de Fevereiro de 1973, será convocado o congresso constituinte de uma nova organização sindical unitária dos trabalhadores italianos. Nos começos da próxima Primavera, efectuar-se-á entretanto uma grande assembleia conjunta dos conselhos dos delegados e das estruturas de base de todas as categorias, a fim de «aprofundar, debater e confirmar, com vista à renovação das convenções colectivas, os temas da política contratual e a sua ligação com os objectivos políticos gerais do movimento sindical». Esta fusão virá confirmar, ao nível dos aparelhos sindicais, um movimento espontâneo da base, desenhado desde Dezembro de 1969, data a partir da qual, em muitas empresas, designadamente no sector das indústrias pesadas, as secções sindicais das três organizações se dissolveram por sua própria iniciativa, dando lugar a conselhos unitários (os «comités de base»). Subsistem, no entanto, incertezas quanto às futuras orientações da nova organização unificada, sendo difícil prever se esta assumirá características de sindicato revolucionário ou de sindicato reformista. Na assembleia dos elementos da base, a realizar na Primavera de 1972, será provàvelmente esse o ponto fundamental dos debates.

Grã-Bretanha: um novo semanário consagrado ao ensino superior

O «Times», de Londres, lançou recentemente uma nova publicação semanal, o «Times Higher Education Supplement», inteiramente dedicada

ao ensino superior. Compreendendo habitualmente 24 páginas, cada número do «T. H. E. S.», além de reportagens, inquéritos e depoimentos, incluirá noticiário àcerca das Universidades britânicas (9 páginas) e de Universidades de outros países (3 páginas). O preço de lançamento em França da assinatura anual desta publicação é de 50 Francos. A entidade editora é: «Times Newspapers Limited», Printing House Square, London Ec. 4P, 4DE. Desde 1910, o «Times» publica igualmnte um suplemento semanal dedicado ao ensino primário e secundário.

Portugal: Secretariado para a Juventude

Foi publicado no Diário do Governo de 25 de Outubro, o Decreto-Lei n.º 446/71 que cria no M. E. N. o *Secretariado para a Juventude*, organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. No preâmbulo do referido diploma justifica-se a criação de tal departamento pela necessidade de executar uma política de juventude, traçada com o objectivo de promover uma mais fácil e equilibrada integração dos jovens na vida colectiva. Revestindo as características de «serviço para a juventude», deverá o *Secretariado* promover a ocupação dos tempos livres da gente nova, com o intuito de lhe facultar ocupação simultâneamente «recreativa, esclarecedora e formativa». No exercício das suas atribuições, compete ao novo organismo, além do mais, a organização de actividades adequadas à prossecução dos seus fins, a manutenção de um centro de documentação e informação sobre assuntos da juventude e a criação de centros de juventude «abertos à livre adesão dos jovens que neles queiram participar» e que poderão funcionar junto dos estabelecimentos de ensino secundário ou fora deles. Entre as disposições do novo diploma figura a que determina que junto de cada estabelecimento de ensino misto haverá um só centro de juventude. Outra disposição: à excepção do Palácio da Independência, que de acordo com a doação feita pela colónia portuguesa do Brasil permanecerá no património privativo da Mocidade Portuguesa, os bens actualmente pertencentes à M. P. e à M. P. F. poderão ser entregues ao *Secretariado para a Juventude*, desde que se revelem indispensáveis ao seu funcionamento e possam ser dispensados por aquelas organizações.

O capitalismo internacional na indústria automóvel

Em 1970, eram 68 os países em vias de desenvolvimento onde existia uma indústria do automóvel. Em grande parte, efectuavam apenas a montagem de veículos; outros, porém, haviam atingido fases mais adiantadas, chegando alguns a fabricar quase todos os elementos que entram na composição dos veículos. Este desenvolvimento resultou da extensão a esses países, com o concurso muito frequente de capitais locais, da actividade das grandes firmas produtoras de automóveis dos países industrializados. É assim que, por exemplo, 28 países procederam em 1970 à montagem ou à fabricação de automóveis Renault. Estes países receberam colecções de peças e órgãos, chamadas «colecções CKD» (CKD=Completely Knocked Down), cuja importância variou em função do grau de fabricação local. Em 1970, a Régie Renault — que produziu, por dia, 5000 veículos em França, 60 % dos quais destinados à exportação — expediu 220,4 milhares de CKD para aqueles 28 países, ao mesmo tempo que as suas oficinas belgas produziam integralmente 116,20 milhares de automóveis. Dos 220,4 milhares de CKD enviadas, couberam 98,6 milhares à Espanha, 21,1 à Argentina, 16,2 à Roménia, 14,7 ao México, 10,7 à Argélia, 10,1 ao Marrocos, 10 ao Canadá, 7,7 à Jugoslávia, 5,5 à África do Sul, 5,3 a Portugal, 4,4 à Austrália, 3 à Costa do Marfim, 3 à Irlanda, 2,7 à Venezuela, 1,7 ao Chile e 4,6 milhares aos restantes países.

Investimentos privados da R. F. da Alemanha no estrangeiro

Os investimentos privados da R. F. da Alemanha no estrangeiro atingiam, em 31-12-70, o montante global de 21 113,5 milhões de DM, dos quais 14 901,2 milhões (70,6 %) nos países industrializados e apenas 6 212,3 milhões (29,4 %) nos países em desenvolvimento. Aos países industrializados *europeus* correspondiam 10 910,8 milhões de DM, ou seja: mais de metade daquele total (51,7 %) e aos da América, 3 473,0 milhões (16,4 %). Dos 6 212,3 milhões investidos nos países em desenvolvimento, 3 664,8 milhões localizavam-se na América Latina (17,3 % do valor global dos investimentos privados no estrangeiro), principalmente no Brasil (1 470,8 milhões), no Curaçau (851,0 milhões), na Argentina (458,2 milhões), no México (300,5 milhões) e no Panamá (162,6 milhões). Aos países em desenvolvimento europeus cabiam em conjunto 1 104,5 milhões, aos da África 1 003,0 milhões e aos da Ásia 440,0 milhões.

França: imigração de portugueses em 1970

O Office National de l'Immigration (O.N.I.) registou, em 1970, a entrada em França de 174 243 trabalhadores permanentes estrangeiros e de 80 952 membros de famílias de imigrantes. Nestes números — que não compreendem as entradas de indivíduos de nacionalidade argelina, cujos movimentos migratórios estão sujeitos a regime especial —, os portugueses participaram com *88 634* trabalhadores permanentes (contra 80 829 em 1969, 30 868 em 1968, 34 764 em 1967 e 44 916 em 1966) e *47 033 pessoas de família de imigrantes* (contra 29 785 em 1969, 27 873 em 1968, 24 833 em 1967 e 18 695 em 1966). Deste modo, no total de trabalhadores permanentes imigrados em França naquele ano, sob controle e registo do O.N.I., os trabalhadores portugueses representaram *51 %* (contra 48 % em 1969, 33 % em 1968, 32 % em 1967 e 34 % em 1966), enquanto cabiam 14 % aos trabalhadores marroquinos, 9 % aos espanhois, 6,5 % aos tunisinos, 6 % aos jugoslavos, 5 % aos turcos, 3,5 % aos italianos e 5,5 % a trabalhadores de diversas nacionalidades. *90 %* dos trabalhadores portugueses imigraram ilegalmente, sendo a sua situação «regularizada» em França. Entretanto, o acordo franco-português sobre emigração, entrado em vigor em 1 de Setembro de 1971, limita a *65 000* o número dos trabalhadores portugueses que poderão fixar-se anualmente em França e desenvolver aí uma actividade profissional.

A população mundial: alguns aspectos

De acordo com o último volume, recentemente publicado, do *Demographic Yearbook* da O.N.U., a população do mundo seria, em Junho de 1970, de 3 264 milhões de pessoas, o que significa que, entre 1950 e 1970, o número de habitantes do Globo terá aumentado de mais de 1 000 milhões. Em apenas dez anos, ou seja, no período 1960-1970, o número de cidades contando mais de um milhão de residentes subiu de 25 para 133. Naquela data, registava-se entretanto a existência de 1 800 cidades com 100 mil ou mais habitantes. Os países de maior volume demográfico são os seguintes: China, 760 milhões; União Indiana, 550; União Soviética, 243; E.U.A., 205; Indonésia, 121; Paquistão, 114; Japão, 103; Brasil, 95; R. F. da Alemanha, 59; Reino Unido, 55,7; Nigéria, 55; Itália, 53,7; França, 50,8; e México, 50,7. A esperança de vida à nascença varia sensìvelmente com o sexo, notando-se por exemplo que é de pelo menos 70 anos para os indivíduos do sexo feminino em 41 países, enquanto que para os do sexo masculino, sòmente em 5 países se verifica outro tanto.

Grã-Bretanha: desafio aos estudantes?

Foram recentemente tornadas públicas duas propostas tendentes a assegurar a ordem e o bom funciona-

mento das Universidades britânicas. A primeira pretende que os estudantes, antes de serem admitidos em qualquer Universidade, assinem um compromisso de «boa conduta»; a segunda visa limitar o número de representantes estudantis nos órgãos de direcção das Universidades.

«Não será normal que os estudantes se comprometam, por contrato, a não perturbar a vida universitária?» pergunta sir William Alexander, principal autor da primeira proposta, que brevemente deverá ser apresentada numa conferência cimeira do comité dos reitores e autoridades académicas. Os estudantes que se recusassem a assinar esse compromisso perderiam as suas bolsas de estudo (grande número de estudantes britânicos são bolseiros), o mesmo acontecendo aos que, tendo-o assinado quebrassem o compromisso. No corrente ano, 164 autoridades locais distribuiram bolsas, cujo montante total se eleva a 314 000 000 de dólares americanos. Os recentes surtos de violência em certas Universidades (principalmente no Leste de Inglaterra) levaram as autoridades a debruçarem-se sobre o duplo problema da violência e da distribuição das bolsas: os reitores solicitaram mesmo sugestões acerca de possíveis soluções. Este projecto, que pode considerar-se como uma primeira resposta aos reitores, foi apresentado pela influente Associação dos Comités de Educação, de que sir William Alexander é presidente.

O segundo projecto é proveniente do «Conselho Privado», organismo governamental encarregado de aprovar as modificações dos estatutos das Universidades do país. Um qualificado representante deste organismo, sir Godfrey Agnew, declarou recentemente que o Conselho se propõe «tomar uma atitude crítica» perante a representação estudantil nos órgãos directivos das Universidades. Afirmando que não se trata de reduzir essa representação, acrescenta porém que, de facto, o actual número de representantes estudantis é suficiente e que «se torna necssário manter um quilíbrio adequado». No caso de uma Universidade não aceitar a decisão do Conselho Privado, este apelaria para o Parlamento, o que, segundo sir Godfrey, parece «improvável». No ano passado, houve três Universidades (Lancaster, Sheffield e St. Davis, Lampeter) que quiseram aumentar a representação dos estudantes. De todas as vezes, porém, o Conselho Privado exigiu a redução do número de representantes acordado entre o reitor e as uniões estudantis. A União Nacional dos Estudantes do Reino-Unidos (N.U.S.U.K.) pediu explicações sobre as duas propostas e encarregou o deputado trabalhista Frank Judd (vice-presidente honorário da N.U.S.U.K.) de interpelar o governo sobre o assunto.

Investigações de sociologia educacional em Angola e noutras regiões do «Terceiro Mundo»

O sociólogo alemão Franz-Wilhelm HEIMER, do Departamento de Estudos Educacionais do Arnold-Bergstraesser-Institut, de Friburgo (Erbprinzenstrasse 18, 78 Freibug i. Br., Alemanha) apresentou recentemente, no XVIth Annual Meeting of the African Studies Association, Denver, U.S.A., uma comunicação intitulada «Education, economics, and social change in rural Angola: The case of the Cuína region», que se baseia numa pesquisa sociológica efectuada localmente. O mesmo investigador tem em curso (trabalho de campo já concluído) um outro estudo, de colaboração com Rainer HAMPEL e Maria de Lourdes HEIMER, subordinado ao tema «Educação e mobilização social em Angola». Este trabalho faz parte de um conjunto de projectos respeitantes ao Terceiro Mundo, entre os quais se destacam os seguintes: Karl AMMANN, «Educação e integração nacional na Somália» (trabalho de campo em preparação); Patrick V. DIAS, «A identidade psicossocial dos grupos de estudantes: uma discussão teórico-metodológica e um estudo do caso do Congo-Kinshasa» (trabalho de campo já concluído); Michael FREMEREY, «Estudantes e política na Indonésia» (concluído o trabalho de

campo preliminar); Theodor HANF, «Estudantes e política no Líbano: uma análise longitudinal de dados de *survey* 1961/1971» (trabalho de campo concluído); Theodor HANF e Tania VERGNANI, «Atitudes inter-grupos de estudantes sul-africanos» (trabalho de campo em preparação); Franz-Wilhelm HEIMER, «A significância socio-política do problema da língua na educação congolesa» (trabalho de campo concluído); Franz-Wilhelm HEIMER, Herman BOON e Henri-Philippe CART, «A educação no Burundi: História, situação, problemas» (trabalho de campo concluído); Franz-Wilhelm HEIMER e Jürgen JANZ, «A educação no Congo-Brazzaville: História, situação, problemas» (trabalho de campo concluído); Gerd HEPP, «A política educacional em Madagáscar» (trabalho de campo em curso); Volkhard HUNDSDÖRFER, «Reforma do curriculum e preparação de professores: um estudo do caso da política educacional contemporânea na Tanzânia» (trabalho de campo concluído); John Peter NEELSEN, «Educação e mobilidade social na área de Dhanbad, India» (trabalho de campo concluído); Heribert WEILAND, «A política da educação nos pequenos países africanos» (trabalho de campo concluído).

Literatura juvenil

Livros infantis e juvenis anti-autoritários, teatro e literatura infantil de vários países, plano de uma pesquisa internacional da compreensão e do comportamento dos leitores de dez anos de idade, estes são entre outros os temas do Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil, realizado em Frankfurt, no período de 18 a 22 de Outubro de 1971. Promotores desse Simpósio, foram a Siciedade Internacional de Pesquisas sobre a Literatura Juvenil, o Instituto de Pesquisas sobre o Livro Juvenil e a Comissão Alemã da UNESCO.

Ciência, crescimento e sociedade — uma perspectiva nova

O interesse novo manifestado nas sociedades actuais em relação aos aspectos qualitativos do crescimento, exigirá uma integração muito mais profunda da política científica no conjunto da política económica e social. É esta a conclusão mais importante incluída num relatório que a OCDE acaba de publicar sob o título «Science, Croissance et Société — Une perspective nouvelle». Segundo o relatório — que foi preparado por um grupo internacional de técnicos independentes — continuarão a desenvolver-se no decurso do corrente decénio as tendências que actualmente traduzem um declínio relativo das preocupações ligadas à defesa, ao prestígio nacional e aos aspectos quantitativos do crescimento. Numa primeira parte do documento, o grupo define as hipóteses de que partiu. Numa segunda parte estuda as relações entre o crescimento económico, a tecnologia e a sociedade. Na terceira parte esforça-se por fazer um balanço das realizações, das insuficiências e dos limites da política científica no decurso dos dez últimos anos. Na quarta parte o relatório define um novo quadro e uma nova óptica para melhorar a eficácia da política científica nos próximos dez anos. Finalmente numa quinta parte incluem-se as conclusões e as recomendações que o grupo apresenta à O. C. D. E. e aos países membros.

Portugal: alargamento do ensino técnico médio

O Dec.-Lei n.º 440/71, de 22 de Outubro de 1971, autorizou o Instituto Comercial do Porto a organizar, na cidade de Aveiro, uma secção, na qual será ministrado o ensino do curso de contabilista e dos preparatórios para o ensino superior de Economia e Finanças. Esta decisão governamental vem dar continuidade à acção do Município local, que desde há anos sustenta um instituto médio particular de comércio. Segundo o preâmbulo do diploma que a consagra, resulta de a região de Aveiro estar incluída «entre as que deverão ser prioritàriamente dotadas com institutos de ensino técnico pós-secun-

dário» e constitui «mera e parcial antecipação de providências já previstas para futuro não distante». Pelo mesmo decreto-lei o Instituto Industrial de Coimbra foi convertido em Instituto Industrial e Comercial, devendo igualmente ministrar, a partir de 1972-73, o ensino do curso de contabilista e o dos preparatórios para o ensino superior de Economia e Finanças.

França: uma nova revista de Ciências Humanas

Foi recentemente lançada em França, através das Presses Universitaires, uma nova revista de Ciências Humanas, *Scolies*, que se apresenta com o sub-título: «Cahiers de Recherches de l'École Normale Supérieure». Procura dar divulgação a trabalhos de pesquisa que, em vários domínios daquelas Ciências, se realizam nos cursos e seminários da E. N. S. de Paris. Publica-se duas vezes por ano e a assinatura anual importa em 45 F. No seu primeiro número, apresenta colaborações do sociólogo Pierre BOURDIEU («Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe»), do historiador Jacques LE GOFF («Les rêves dans la culture et la psychologie collective de l'Occident médiéval»), do economista Jean IBANÈS («La croissance économique en Union Soviétique») e de outros investigadores.

Portugal: reforma das Faculdades de Ciências

Pelo Ministério da Educação Nacional foi publicado o Decreto n.º 433/71, de 23 de Outubro, que revê os elencos das disciplinas e a orgânica dos bacharelatos e licenciaturas que se professam nas Faculdades de Ciências, bem como o respectivo regime de frequência e exames. As licenciaturas em Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia são desdobradas em dois ramos — especialização científica e formação educacional. Os planos de estudo para os últimos anos (4.º e 5.º) do ramo de especialização científica serão organizados pelas Faculdades, podendo apresentar diferenças de Escola para Escola, em função do número e qualificações do pessoal docente, do apetrechamento científico de que dispõem e das condições da sua população discente. Os licenciados no ramo da formação educacional terão acesso ao magistério das escolas secundárias sem qualquer outro requisito, realizando-se o estágio pedagógico no último ano da licenciatura. A estrutura do ano escolar é semestral, sendo o aproveitamento dos alunos apreciado ao longo de cada semestre com base em trabalhos de laboratório e de campo, exercícios escritos, relatórios, exposições argumentadas e outros elementos que o professor julgar convenientes. O resultado da apreciação será traduzido pela recusa de frequência ou pela concessão desta com nota de dispensa do exame final ou que apenas permita a admissão a este exame. O número máximo de alunos por turma será de 15 nas aulas práticas de índole laboratorial e de 30 nas outras aulas práticas. Finalmente, institucionalizam-se os cursos de pós-graduação para licenciados e confere-se às Faculdades a possibilidade de organizarem cursos de aperfeiçoamento e reciclagem e promoverem a realização de cursos intensivos de formação para agentes de ensino que não possuam as habilitações académicas normais.

Trabalhos do Centro de Sociologia Europeia, de Paris

De acordo com o relatório de actividades, datado de Junho de 1971, do Centro de Sociologia da Educação e da Cultura, integrado no Centro de Sociologia Europeia da Escola Prática de Altos Estudos, 6.ª Secção, de Paris (endereço: Centre de Sociologie Européenne, Maison des Sciences de l'Homme; 54, bd. Raspail, Paris VI), é a seguinte a lista dos trabalhos publicados ou concluídos, durante o exercício 1970/71, pelos investigadores do Centro:

— L. BOLTANSKI, *Consommation médicale et rapport au corps,*

Paris, C.S.E., janv. 1971, 141 p., ronéotypé.

— L. BOLTANSKI, *Les déterminants sociaux du besoin médical.* Communication présentée au VIIe Congrès mondial de sociologie, Varna, sept. 1970, 27 p., ronéotypé.

— L. BOLTANSKI, «Les usages sociaux du corps», *Annales*, n.° 1, janvier-février 1971, p. 205-233.

— L. BOLTANSKI, P. MALDIDIER, «Carrière Scientifique, moral scientifique et vulgarisation», *Information sur les sciences sociales*, 9 (3), p. 99-118.

— P. BOURDIEU, «Champ du pouvoir, champ intellectuel et habitus de classe», *Scolies*, n.° 1, 1971 (sous presse).

— P. BOURDIEU, «Disposition esthétique et compétence artistique», *Les Temps Modernes*, n.° 295, 1971, p. 1345-1378.

— P. BOURDIEU, «Genèse et structure du champ religieux», *Revue française de sociologie*, 1971 (sous presse).

— P. BOURDIEU, «Une interprétation de la sociologie religieuse de Max Weber», *Archives européennes de sociologie, 1971* (sous presse).

— P. BOURDIEU, «La maison, Kabyle ou le monde renversé», in: *Echanges et communications. Mélanges offerts à Claude Levi-Strauss à l'occasion de son 60e anniversaire* réunis par Jean Pouilon et Pierre Maranda, Paris, La Haye, Mouton, 970, p. 739-758.

— P. BOURDIEU, *Le marché des biens symboliques*, Paris, C.S.E., 1970, 110 p., ronéotypé.

— P. BOURDIEU, «Reproduction culturelle, reproduction sociale», *Information sur les sciences sociales*, 1971.

— P. BOURDIEU, L. BOLTANSKI, P. MALDIDIER, «La défense du corps», *Informations sur les sciences sociales*, 1971 (sous presse).

— P. BOURDIEU, C. GRIGNON, J. C. PASSERON, «Composition sociale de la population et chances d'accès à l'enseignement supérieur», *Orientations*, 1971 (sous presse).

— R. CASTEL, *Continuité et changement dans l'histoire de la médicine mentale. Quelques problèmes de méthode.* Communication au VIIe Congrès mondial de sociologie, Varna, sept. 1970, ronéotypé.

— R. CASTEL, «L'institution psychiatrique en question», *Revue française de sociologie*, XII, 1971, p. 57-92.

— J. C. CHAMBOREDON, «La délinquance juvénile», essai de construction d'object, *Revue française de sociologie*, 1971 (sous presse).

— P. CHAMPAGNE, «La télévision et son langage: l'influence des conditions sociales de réception sur le message», *Revue française de sociologie*, 1971 (sous presse).

— J. M. CHAPOULIE, D. MERLLIÉ, *Les professeurs de l'enseignement secondaire*, rapport de pré-enquête, Paris, C. S. E., 1970, 91 p., ronéotypé.

— F. COLONNA, *Les instituteurs algériens formés à l'école normale de Bouzaréa (1883-1939)*, 2 tomes, Juin 1971, 368 p. et 113 p., ronéotypé.

— C. GRIGNON, *L'ordre des choses. Les fonctions sociales de la culture technique*, Paris, Ed. de Minuit, 1971, «Le sens commun» (sous presse).

— C. GRIGNON, J. C. PASSERON, *Etudes de cas sur l'innovation dans l'enseignement supérieur. Expériences françaises avant 1968.* Paris, O. C. D. E., 1970, 139 p.

— V. KARADY, «Mauss, ou la naissance de l'ethnologie universitaire», *l'Arc*, n.° spécial sur Marcel Mauss, 1971 (sous presse).

— V. KARADY, «Projet d'études sur la genèse historique de la recher-

che scientifique en lettres et en sciences humaines en France», *Informations sur les sciences sociales*, 1971 (sous presse).

— M. de SAINT MARTIN, *Classes sociales, système d'enseignement et production de scientifiques*, Communication présentée au VIIe Congrès mondial de sociologie, Varna, sept. 1970, 23 p., ronéotypé.

— M. de SAINT MARTIN, *Les fonctions sociales de l'enseignement scientifique*, Paris, La Haye, Mouton, 1971 (Cahiers du C. S. E., n.º 8).

Ceilão: projecto de reforma universitária

Quando, após a violenta irrupção da guerrilha no país, o Parlamento e a população puderem examinar o projecto da nova Lei Universitária, verificarão que entretanto se preparou uma das mais radicais reformas do governo. O grau de participação estudantil nas decisões, tal como está prvisto, não tem precedente. Em qualquer das quatro Universidades do país, os estudantes estarão representados a todos os níveis — terão lugar no Conselho Geral, no Senado, nas Faculdades e no Departamento da Segurança, Alojamento e Disciplina.

O Conselho Geral será o órgão executivo da Universidade, destinado a substituir o Comité dos Regentes. Será composto pelo presidente das uniões estudantis e por dois outros estudantes eleitos por todos os seus condiscípulos. O Senado (autoridade académica) incluirá igualmente o presidente dos estudantes, além de três ou quatro estudantes eleitos, que não sejam membros do Conselho. Cada Faculdade terá um representante por cada 100 estudantes. O Departamento integrará três estudantes eleitos, entre os quais pelo menos um do sexo feminino.

Na actual atmosfera de crise nacional, é evidentemente impossível auscultar a opinião pública àcerca deste projecto de lei. Ao que parece, os estudantes aprovam inteiramente as reformas, ao passo que os professores da Universidade põem certas reservas relativas à representação estudantil no Senado que, em seu entender, é apenas um órgão académico em que a opinião dos estudantes se mostra supérflua. O Presidente do Conselho Nacional de Educação Superior, Dr. Gumapala Malasekera, partilha dessa opinião e pensa que os estudantes «perseguem os membros do Senado que não estão de acordo com eles» ou «exercem pressão nefasta sobre o corpo académico». Ao contrário, o Ministro da Educação, Badinddin Mahmud, que supervisou a formulação do projecto de lei, calcula que a participação estudantil em todos os órgãos universitários é a única forma de acabar com o fosso que existe entre as autoridades universitárias e os estudantes. Note-se, todavia, que o plano de reforma «Mahmud» negligenciou um importante aspecto de Reforma anteriormente prometido pelo Ministério: a restauração da total autonomia universitária. O projecto de lei prevê a liberdade académica, mas não uma inteira autonomia administrativa. O Ministro da Educação, que exercerá as funções de vice-chanceler de todas as Universidades, reserva-se o direito de dar directrizes às Universidades através da Comissão encarregada dos assuntos de política nacional, tais como as finanças, a coordenação universitária e os meios de instrução.

India: um mecanismo não rentável

O sistema educativo indiano, decalcado do britânico, desenvolveu-se grandemente após a independência. Entre 1950 e 1965 passou-se de 43,1 % para 78,5 % de jovens matriculados no ensino primário, de 6,7 % para 19,6 % no secundário, e de 1 % para 3 % no superior. De 1948 a 1967 foram criados 2300 colégios e 40 universidades. Esse enorme esforço foi, todavia, largamente prejudicado pelo sistema educativo herdado do colonisador, na medida em que não tomou em consideração as realidades da Índia. Daí um crescente desemprego

intelectual: 26 000 em 1955, 76 000 em 1964, apenas quanto a diplomados com estudos superiores. Os intelectuais formados na Índia e frequentemente não utilizados por falta de um desenvolvimento geral, encaminham-se para os países ricos — determinadas regiões de Inglaterra dispõem de mais médicos indianos que ingleses. O custo da sua formação recaiu sobre a Índia. Uma vez rentáveis, são os países ricos que os acolhem.

França: salários pré-industriais

Os salários dos operários franceses, juntamente com os dos italianos, continuam a ser os mais baixos do Mercado Comum. É esta a conclusão de um estudo efectuado pelo «Office Statistique des Communautés Européenes». Intitulado «O Custo da Mão-de Obra nas Indústrias da Comunidade» esse estudo considera dados até ao ano de 1969, patenteando os «custos horários» (incluindo os encargos sociais) seguintes para o conjunto das indústrias (compreendendo as de construção e minas):

Itália: 79,71 F. belgas; França: 85,29 F. belgas; Bélgica: 96,77 F. belgas; Países Baixos: 98,07 F. belgas; Alemanha: 99,83 F. belgas.

O custo para os empresários da mão-de-obra operária francesa apresenta-se, assim, inferior em 16 % ao custo suportado pelos empresários alemães. A evolução verificada a partir de 1969 não modificou este quadro a não ser no ter aproximado ainda mais os salários italianos dos franceses, mantendo-se a sua posição comum em relação aos dos outros países. Se os operários franceses são os mais mal pagos do Mercado Comum (apesar da sua produtividade ser maior do que a dos operários de qualquer dos outros países) os empregados franceses, pelo contrário, são os mais bem pagos do Continente: os seus salários (incluindo os encargos sociais) ultrapassam em 17,8 % os auferidos pelos empregados alemães sendo no seu conjunto superiores em um terço aos dos operários franceses. Esta estrutura pré-industrial dos salários constitui uma das grandes preocupações do governo. Aliada a outras características desfavoráveis do trabalho industrial (disciplina, barulho, higiene) ela afasta os jovens dos empregos manuais, provoca o recurso maciço à mão-de-obra imigrada (que representa 20 % dos efectivos da indústria), motiva uma falta de trabalhadores qualificados e constitui um obstáculo à modernização.

Holanda: os estudantes deverão pagar cinco vezes mais

O Ministro da Educação dos Países-Baixos, Van Veen, defronta presentemente um problema difícil, imposto pelo Ministro das Finanças da nova coligação dos cinco partidos centro-conservadores: a diminuição das despesas em matéria de ensino. Em 1970, efectivamente, a Holanda despendeu mais no ensino que qualquer outro país da Europa Ocidental (6,5 % do produto nacional bruto). No corrente ano, a escolaridade obrigatória foi prolongada até aos 15 anos; o aumento do número de alunos, tanto no ensino secundário como nas Universidades (o número de estudantes universitários aproxima-se dos 100 000) e a necessidade de construir novos edifícios escolares, exigem uma reforma financeira. O Ministro propõe que as propinas dos estudantes do ensino secundário sejam duplicadas e as dos estudantes universitários quintuplicadas; até agora, o ensino era gratuito para os alunos em idade de escolaridade obrigatória, enquanto os restantes pagavam proporcionalmente aos rendimentos dos pais. O Ministro pretende também reduzir o número de entradas na Universidade, aumentando as exigências de passagem nos últimos anos do secundário, visto que o curso completo deste nível dá acesso imediato e automático ao ensino superior. Durante anos, as organizações estudantis, exercendo pressão sobre o Parlamento, lutaram com êxito contra todas as iniciativas para aumentar a quantia de 200 florins (56 dólares)

necessária para custear os estudos universitários. No entanto, segundo o novo plano, os estudantes que têm bolsas e aqueles cujos pais não ganham um determinado salário mínimo, não serão atingidos pelas novas medidas. Segundo comentários do jornal «Elseviers», o aumento das propinas atingirá sobretudo a classe média e, mais ainda, os estudantes que vivem independentes da sua família. O plano de austeridade do governo prevê ainda uma redução dos investimentos nas construções escolares, uma economia de 19,3 milhões de dólares pela redução de uma hora semanal no horário dos professores, a criação de propinas de exames (12 dólares por estudante no ensino secundário) e a supressão das gratificações de controle dos exames (que redundará numa economia de 4,8 milhões de dólares por ano.). Por último, o projecto pretende aumentar a proporção do número de alunos por professor nas classes de ensino geral destinado aos jovens operários.

Hungria: falta de mão-de-obra e orientação profissional dos alunos

Perante o problema criado pela diminuição do potencial de mão-de-obra relativamente à oferta de empregos, o Conselho de Ministros húngaro adoptou uma resolução sobre orientação profissional. Segundo os cálculos do Ministro do Trabalho, é de prever uma falta de mão-de-obra nos próximos dez anos, pelo menos. O pessoal destinado, quer a substituir os trabalhadores que se reformam, quer a ocupar novos empregos, recrutar-se-á «quase inteiramente entre os jovens que saem das escolas». Todavia, o número desses «diplomados» que entram no mercado do trabalho não será suficiente, dada a diminuição da taxa de natalidade. Por este motivo, impõe-se a necessidade urgente de uma orientação profissional adquada, além de outras medidas. A resolução sugere o emprego de vários métodos para aconselhar os jovens na escolha do seu futuro ofício. Os institutos de orientação, que existem já em diversas regiões do país, continuarão os seus trabalhos e intensificarão os programas destinados a formar orientadores profissionais; por outro lado, será empreendida em larga escala uma campanha educativa com vista a informar os estudantes das possibilidades de empregos e do género das habilitações exigidas nas diferentes profissões. Além do mais, essa campanha procurará acabar com as «falsas concepções» que se acham ligadas a determinados ofícios. Deverá destinar-se não apenas aos estudantes, mas também a seus pais, que têm influência directa sobre os filhos e muitas vezes ignoram as novas formas de empregos possíveis na actual sociedade, mais avançada tecnològicamente do que supõem. A resolução concede ainda especial atenção aos problemas específicos de certos sectores da sociedade. É assim que os filhos dos operários «serão encaminhados com particular cuidado», dado que frequentemente não seguem, ou não recebem sequer, os conselhos que lhes são destinados, ao contrário do que sucede com os filhos dos restantes trabalhadores. As raparigas serão também ajudadas de modo especial; efectivamente, não raro ignoram o leque de ofícios abertos às mulheres, donde em parte resulta que apenas 26 % das que deixam a escola prosseguem uma formação profissional. Por último, um outro ponto da resolução diz respeito aos diminuídos. Até agora 36 000 têm recebido um auxílio do Estado; o governo pensa que seria vantajoso, quer para eles próprios, quer para o país, que fossem auxiliados na procura de um trabalho adaptado ao seu caso.

Organização europeia da C. M. T.: para um novo direito europeu da empresa?

A Organização Europeia da Confederação Mundial do Trabalho definiu a sua posição perante o projectado Estatuto da Sociedade Anónima Europeia, especialmente no que diz respeito à representação

dos trabalhadores nas empresas desse tipo. A constituição da Comunidade Económica Europeia, e sobretudo o aumento do número das empresas plurinacionais no seio dessa mesma Comunidade, sublinham a urgência posta na elaboração de um direito europeu da empresa. O actual direito das sociedades de capitais, posto em causa por todos os sectores, não permite aos «trabalhadores europeus» lutar eficazmente pelos seus interesses, pelo seu reconhecimento, pelas convenções colectivas e pela sua representação nas empresas europeias.

Há já algum tempo que a C. E. E. estuda o problema. A Comissão Europeia apresentou recentemente um projecto de regulamento respeitante a um direito europeu da empresa. O referido projecto prevê a constituição de conselhos europeus de empresa, exclusivamente compostos por representantes dos trabalhadores. A Organização Europeia da C. M. T. acolheu favoràvelmente essa proposta, mas não aceita que ela ùnicamente se aplique às sociedades europeias que possuem empresas em vários países. Do mesmo modo, põe reservas no que respeita ao número dos membros do conselho europeu da empresa, à protecção desses membros, à obrigação de sigilo, às atribuições e competências do conselho. Relativamente à representação no seio do conselho fiscal das sociedades europeias, opõe-se à relação um/três, recusando-se a aceitar que as próprias estruturas da instituição coloquem unilateralmente em minoria os trabalhadores. Apesar de tudo, a Organização Europeia da C. M. T. pensa que a entrada em vigor do direito europeu da empresa poderia significar um importante passo na via de uma construção europeia mais ordenada. Por isso, lança um apelo a todos os trabalhadores europeus com vista a uma participação mais activa e a uma atitude de conjunto.

Portugal: alterações no regime legal das cooperativas

Nos termos do art.º 1.º do dec-lei n.º 520/71, de 24 de Novembro de 1971, «sempre que as sociedades cooperativas se proponham exercer, ou efectivamente exerçam, actividade que não seja exclusivamente económica, de interesse para os seus associados, ficam sujeitas ao regime legal que regula o exercício do direito de associação», pelo que (art.º 2.º, n.º 1) «os notários não poderão lavrar escrituras de constituição de sociedades cooperativas em cujo objecto se compreenda o exercício de actividades não económicas sem prévia aprovação dos respectivos estatutos pela autoridade administrativa competente». O mesmo diploma determina ainda (art.º 3.º, n.º 1) que «as sociedades cooperativas já existentes e abrangidas pelo disposto no no artigo 1.º deverão, no prazo de sessenta dias, submeter os respectivos estatutos à aprovação da autoridade competente».

Confederação Mundial do Trabalho: repercussão das decisões financeiras americanas na situação dos trabalhadores

As decisões tomadas pelo governo americano em matéria financeira e comercial, contrárias aos compromissos solenemente assumidos pelos Estados Unidos na Assembleia Geral da ONU de Novembro de 1970, durante a qual foi adoptada a estratégia do «Segundo Decénio do Desenvolvimento», provocaram sérias controvérsias e graves preocupações no mundo inteiro. A. C. M. T. é de opinião que tais decisões, com as consequências que envolvem, não podem ser consideradas ùnicamente como operações de técnica monetária e económica dizendo apenas respeito aos especialistas, mas que, pelo contrário, afectam directamente os interesses de um número considerável de trabalhadores de todo o mundo: operários e camponeses, quer dos países em vias de desenvolvimento, quer dos países industrializados, sofrerão de igual modo o impacto dessas decisões, nomeadamente no que se refere às

relações de troca do comércio internacional, ao preço das matérias-primas de base e, consequentemente, às suas possibilidades de emprego e ao seu nível de vida.

Verificando que, por simples decisão unilateral, as bases do sistema monetário que regulava desde o fim da última Guerra Mundial as relações entre a maior parte dos países foram profundamente abaladas, julga a C. M. T. que a elaboração e a adopção de um novo sistema monetário, seja ele qual for, não deve inserir-se numa perspectiva nacionalista ou proteccionista, nem ser imposta unilateralmente por decisão de um grupo de potências económicas e financeiras, e muito menos por uma só delas, mas que, pelo contrário, deve resultar de um amplo debate em que possam participar todos os países interessados, industrializados ou em vias de desenvolvimento, e situar-se na perspectiva dos grandes objectivos traçados pelo «Segundo Decénio do Desenvolvimento» das Nações Unidas. Nesse contexto, determinante e preparatório das condições de desenvolvimento da maioria da população mundial nas próximas décadas, todos os governos e partes interessadas devem esforçar-se por procurar estabelecer em comum as regras de funcionamento do sistema monetário e económico mundial, por meio das quais o dinheiro seja posto ao serviço dos homens, e não estes ao serviço daquele.

Grã-Bretanha: a igualdade de salários na prática

As implicações práticas da Lei da Igualdade de Salários (Equal Pay Act) que entrará em vigor em Dezembro de 1975, constituem o objecto de uma brochura editada pelo Departamento do Trabalho do governo britânico. Além do mais, o documento estipula o procedimento a seguir em caso de reclamações relativas à igualdade salarial. Nos termos da nova lei, as mulheres que executem trabalho idêntico ou equivalente ao de um homem terão direito a um contrato de trabalho igual. A referida brochura destina-se sobretudo aos patrões, aos sindicatos e às associações interessadas na questão.

Burundi: integração dos estudantes na população do país

A Assembleia Geral dos estudantes de Rumuri (da Universidade oficial do Burundi) reuniu-se em princípios de Junho de 1971 para estudar um projecto que evitará aos estudantes verem-se distanciados duma população essencialmente agrícola, 95 % da qual vive no interior do país. O projecto consiste na criação de campos de trabalho universitários que pertencerão e serão obra do conjunto da comunidade estudantil: esta cultivará as terras de modo a produzir o essencial para a sua alimentação, construirá vias de acesso para a área universitária e edificará campos de jogos. Os estudantes resolveram tomar esta iniciativa com o objectivo de lutarem contra o risco de se virem a tornar, pelos seus hábitos e vida de intelectuais, estrangeiros no seu país.

Publicações recentes da O. C. D. E.

Études économiques de l'OCDE, Japon, 96 pag., Finlande, 68 pag., Italie, 80 pags., Union Economique Belgo-Luxemburgeoise, 80 pag., Allemagne, 76 pag., Danemark 60 pag. 3,60 F.

Principaux indicateurs économiques — Agosto, 140 pag. 8 F.

Comptes nationaux des pays de l'OCDE, 1953-1969, 456 pag. 37 F.

Le défi du chômage au développement et le rôle des instituts de formation et de recherche dans le domaine du développement, 392 pag. 23 F.

Bulletin de liaison entre instituts de recherche et de formation en matière de développement 1971 — N.º 1, 148 pag. 6,50 F.

Statistiques financières de l'OCDE n.º 3. Dois volumes por ano mais as actualizações. 120 F.

Etudes économiques de l'OCDE,

Danemark, 62 pag.; Autriche, 58 pag. 3,60 F.

Principaux indicateurs économiques — Setembro, 140 pág. 8 F.

Emploi et production. Application d'une méthode d'analyse au Pérou et au Guatemala, par E. Thorbecke et E. Stoutjesdijk. Etudes sur l'emploi, Centre de Développement, 218 pag. 20 F.

Les garanties financières requises des entreprises d'assurance-vie 98 pag. 14 F.

Les transports maritimes 1970 et bilan des années 60, 158 pag. 16 F.

Prespective et politique, por Erich Jantsch, 510 pag. 48 F.

L'enseignement technique au Royaume-Uni, por Tyrell et John Pratt — Série «Innovation dans l'enseignement supérieur», 166 pag. 20 F.

L'enseignement de l'informatique à l'école secondaire (CERI) 268 pag. 25 F.

La technologie de l'enseignement. Conception et mise en oeuvre de systèmes d'apprentissage (CERI), 88 pag. 12 F.

Science, croissance et société. Une perspective nouvelle, 128 pag. 10 F.

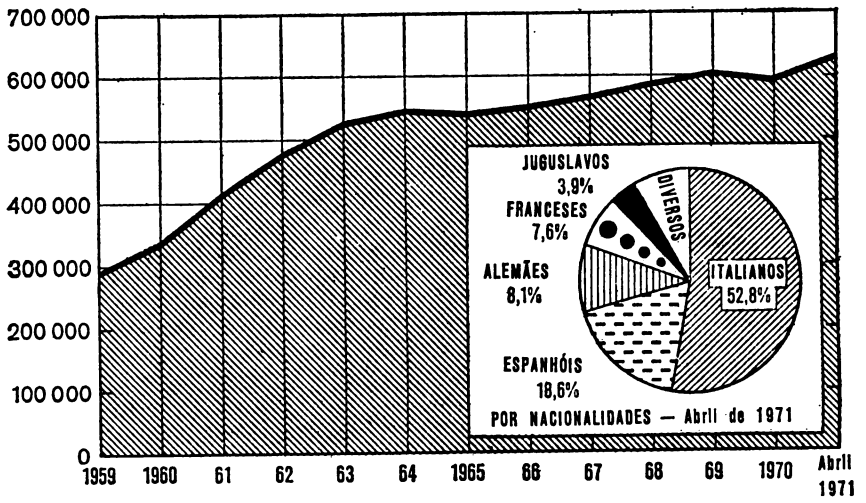
Politiques d'enseignement pour la décennie 1970/1980. Rapport général, 180 pag. 19 F.

Les Politiques industrielles de 14 pays Membres, 422 pag. 26 F.

Politique de main d'oeuvre en Belgique, 195 pag. 21 F.

Suíça: efectivos dos trabalhadores estrangeiros

O gráfico abaixo refere-se apenas aos trabalhadores pròpriamente ditos. Se fossem também consideradas as famílias dos trabalhadores, atingir-se-ia um número de um milhão de habitantes, em Abril de 1971.



Selecção de edições portuguesas

ALTHUSSER, SERPRUM, Jorge, SIMON, Michel, VERRET, Michel — *A Polémica sobre o Humanismo* — Trad. de Luz Cary e J. J. Moura Ramos, Editorial Presença (Col. Perspectivas), Lisboa, 1971, 222 p.

BARBOSA, Pedro Morais — *Coordenadas da Educação Permanente* — Publicações Europa-América (Col. Estudos e Documentos), Lisboa, 1971, 212 p.

CAETANO, Miguel, PINTO, Maria Luísa Vaz, SOUSA, Maria Idalina Neves de, CUNHA, J. Correia — *Rede Urbana do Continente — hie-*

rarquia e funcionamento — Centro de Estudos de Planeamento, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Lisboa, 1971, 107 p.

CÂMARA, Dom Helder da — *Espiral de Violência* — Cadernos para o Diálogo, Porto, 1971, 74 p.

CASTRO, Armando de, NUNES, A. J. de Avelãs, GOMES, Joaquim, MOREIRA, V. Tribuna — *Sobre o Capitalismo Português* — Atlântida Editora, («Textos Vértice Economia») Coimbra, 1971, 230 p.

CHALLIEU, Pierre — *As Relações de Produção na U. R. S. S.* — Trad. de Maria da Luz Cary e J. J. Moura Ramos, Editorial Presença (Col. Biblioteca de Ciências Humanas) Lisboa, 1971, 121 p.

FERREIRA, M. Margarida Ponte — *Emprego e Salários na Indústria Têxtil. Tendências Internacionais* — Fundo de Desemvolvimento da Mão-de-Obra, (Col. Cadernos) Lisboa, 1971, 110 p.

GANNE, Gilbert; HOURDIN, George — *Os Valores Burgueses* — Tradução de Alfredo Barroso, Editorial Livros do Brasil (Col. Pró e Contra), Lisboa, 1971, 170 p.

GUTELMANN, Michel — *A Agricultura Socialista em Cuba* — Tradução de Ângela Morais, Prelo Editora (Col. Biblioteca de Economia), Lisboa, 1971.

HELMS, Hans G. — *Marxismo na Alemanha Federal* — Trad. de Teresa Balté, Editorial Estampa (Col. Praxis), Lisboa, 1971, 199 p.

JACOB, François — *A Lógica da Vida* — Trad. de M. L. Palmeirim, Publicações Dom Quixote (Col. Universidade Moderna), Lisboa, 1971.

JACOBSON, V. e MONELLO, Philippe, — *O trabalho social em equipa* — Trad. de Maria Isabel Támen, Morais Editora (Col. Psicologia e Pedagogia), Lisboa, 1971, 160 p.

LEFEBVRE, Henri — *O Fim da História* — Trad. de António Reis, Publicações Dom Quixote (Col. Universidade Moderna) Lisboa, 1971.

LOPES, Maria Helena Pessoa — *Estrutura Empresarial Portuguesa* Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, Lisboa, 1971, 107 p.

MARX, Karl — *O 18 Brumário de Louis Bonaparte* — Trad. de M. Teresa Sousa, «Textos Nosso Tempo», Lisboa, 1971, 160 p.

MARX, Karl — *Contribuição para a Crítica da Economia Política* — Trad. de Maria Helena Barreiro Alves, Editorial Estampa (Col. Teoria), Lisboa, 1971, 365 p.

MARX, Karl — *A Ideologia Alemã (I Parte: Fuerbach)* — Trad. de J. Conceição, Distribuição de M. Oliveira & Silva Lda., Porto, 1971, 90 p.

MARX, Karl — *Revolução e Contra Revolução* — Trad. de Serafim Ferreira, Distribuição de M. Rodrigues Xavier (Col. 70) Venda Nova Amadora, 1971, 172 p.

MARX, ENGELS, LENINE, KOLONTAI — *Sobre a Emancipação da Mulher* — Cadernos Maria da Fonte, Lisboa, 1971, 97 p.

PECHEUX, Michel, FICHANY, Michel — *Sobre a História das Ciências* — Trad. de Francisco Bairrão, Editorial Estampa (Col. Teoria), Lisboa, 1971, 195 p.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico — Portugal na segunda metade do séc. XIX* — Edições Cosmos, Lisboa, 1971, 443 p.

REGUEIRA, Alberto, ALVES, António Monteiro — *Comércio de Importação da Metrópole — análise da evolução a curto e a médio prazo* — Centro de Estudos de Planeamento, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Lisboa, 1971, 44 p.

RICCIARDI, Giovanni — *Sociologia da Literatura* — Publicações Europa-América (Col. Saber), Lisboa, 1971, 128 p.

ROCQUES, Marcel — *Há uma Esquerda?* — Trad. Mário Neto, Editorial Estampa (Col. Praxis), Lisboa, 1971, 128 p.

SARTRE, Jean-Paul — *Situações III* Trad. de Rui M. Gonçalves, Publicações Europa-América (Col. Factos e Documentos), Lisboa, 1971, 284 p.

SAUSSURE, Ferdinand — *Curso de Linguística Geral* — Trad. de José Victor Adragão, Publicações Dom Quixote (Col. Universidade Moderna), Lisboa, 1971, 350 p.

SEIDENFADEN, Eric — *Caminhos para a Europa* — Trad. Torben Westy Sorensen, Publicações Dom Quixote (Col. Universidade Moderna), Lisboa, 1971, 180 p.

SOUSA, Alfredo de — *Funções de Produção de Cobb-Douglas na Indústria Transformadora Portuguesa* — Centro de Estudos de Planeamento, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Lisboa, 1971, 100 p.

SOUZA, Baltazar Rebelo de — *Coordenadas da Política Social* — Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, Lisboa, 1971, 226 p.

WOODCOCK, George — *O Anarquismo* — Trad. de Rafael Filipe Editorial Meridiano (Col. O Homem e o Tempo), Lisboa, 1971, 519 p.

VÁRIOS — *Situação Actual da Mulher* — Selecção de textos e tradução de Luz Cary e J. J. Moura Ramos, Editorial Presença, (Col. Perspectivas), Lisboa, 1971, 215 p.

STERN, William — *Psicologia Geral* Trad. de Fritz Berkemeier, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian (Col. Manuais Universitários), Lisboa, 1971, 792 p.

SWEEZY, Paul M. e outros — *Do Feudalismo ao Capitalismo* — Tradução de M. Vitorino D. Duarte, Publicações Dom Quixote (Col. Universidade Moderna), Lisboa, 1971, 196 p.

ULIANOV, Vladimir Ilitch — *Materialismo e Empirocriticismo* — Trad. de Vergílio Martinho, Editorial Estampa (Col. Teoria), Lisboa, 1971, 388 p.

WILLS, Gordon — *Introdução aos Estudos de Mercado* — Trad. de J. M. Lebre de Freitas, Moraes Editores (Col. Temas e Problemas), Lisboa, 1971, 216 p.

Duração do Trabalho — Prelo Editora («Cadernos PEEP»), Lisboa, 1971, 94 p.

A Lei da Imprensa e os Jornalistas — Editorial Estampa (Col. Polémica), Lisboa, 1971, 240 p.

O Socialismo Crítico Hoje — Teses de «Il Manifesto» — Afrontamento, Porto, 1971, 140 p.

Livros recebidos no Gabinete

CUTILEIRO, José — *A Portuguese Rural Society* — Clarendon Press, Oxford, Oxford University Press, London, 1971, 314 p.

Uma análise das instituições de uma pequena comunidade rural portuguesa, com especial destaque para a propriedade da terra e a estratificação social dela decorrente, e para a natureza da estrutura política. São também tratados temas como a família, parentesco e religião, na medida em que se relacionam com os primeiros.

No seu conjunto, este estudo de José Cutileiro surpreenderá os especialistas das sociedades mediterrânicas pelas semelhanças — e também pelas diferenças — que apresenta relativamente a outras sociedades da mesma área.

DANZIGER, Kurt — *Socialization* — Penguin Books Ltd. (Penguin Science of Behaviour) London, 1971, 175 p.

Socialization, de Kurt Danziger, constitui uma introdução quer às descobertas fundamentais alcançadas neste domínio da Psicologia Social, quer no que respeita às mutações operadas na conotação do próprio conceito de socialização. Assim, o Autor analisa os diferentes sentidos da participação social, tanto no caso da criança como no do adulto, indagando como se processa a substituição de um por outro modo de participação.

EEKELAAR, John — *Family Security and Family Breakdown* — Penguin Books Ltd. (Law and Society), London, 1971, 229 p.

O tratamento legal dos problemas do divórcio e, em geral, as rupturas das ligações familiares, eis o objecto fundamental desta obra cuja publicação se reveste de especial oportunidade num momento em que crescem as taxas de separações e divórcios.

Livro que se destina não apenas a

especialistas, esta obra do jurista John Eekelaar, professor da Universidade de Oxford, traça ainda o sistema de coordenadas no qual terá de se centrar uma futura reforma das condições legais do divórcio e da situação dos filhos ilegítimos.

GOODY, Jack — *Kinship* — Penguin (Penguin Modern Sociology — Readings) London, 1971, 398 p.

Os padrões da organização da família são um dos fundamentos básicos da estabilidade de uma sociedade. Os processos de industrialização vêm, no entanto, introduzir nesses padrões da estrutura familiar poderosos factores de perturbação. Quais os efeitos dessas perturbações? Este é o tema central desta colectânea de textos organizada por Jack Goody, que é também responsável por uma introdução, pelas notas e por vários trabalhos inseridos no volume. Autores incluídos: R. N. Adams, B. Malinowski, C. Lévi-Strauss, M. Fortes, A. R. Radeliffe-Brown, E. Friedl, J. Hagnal, E. R. Leach, R. Cliquet, L. Dumart, D. Maybury-Lewis, M. Gluckman, J. C. Mitchell, A. I. Richards, R. N. Pehrson, E. A. Hammel, E. N. Goody, S. W. Mintz e E. R. Wolf, W. J. Goody.

PEREIRA, Miriam Alpern — Livre *Câmbio e Desenvolvimento Económico — Portugal na segunda metade do século XIX — Edições* Cosmos, Lisboa, 1971, 400 p.

A teoria do livre câmbio — na sua aplicação no Portugal da segunda metade do século XIX — valorizara a função dinâmica do comércio mas esquecera dois factores fundamentais do crescimento económico: as condições económico-sociais internas e a sua articulação com a estrutura económico-social de outros países. Eis o que se procura demonstrar nesta obra cujo texto é a versão em português da tese de doutoramento defendida em Março de 1969 pela Autora, na Faculdade de Letras e de Ciências Humanas de Paris.

Na impossibilidade de estudar simultâneamente o sector industrial e o sector agrícola, a Autora opta pelo segundo, opção amplamente justificada, aliás, dado o lugar ocupado pela agricultura na economia oitocentista.

O trabalho inicia-se com uma análise das disponibilidades demográficas.

Estuda-se, depois, o sector agrícola em três aspectos: o alargamento da área cultivada, as modificações da técnica e o crescimento do sector comercializado.

Seguem-se o estudo dos preços agrícolas e o do comércio externo, terminando o livro com a análise dos conflitos sociais de meados do século e os projectos de reforma agrária, análise essa que permite compreender o que a Autora considera ser os dois principais obstáculos ao crescimento económico de Portugal: as hesitações da burguesia nacional diante de uma reforma da estrutura da propriedade e da exploração agrária, impraticável sem um processo de industrialização, e o carácter imperialista das relações comerciais com a Grã-Bretanha.

PIZZORNO, Alessandro — *Political Sociology* — Penguin Books, Ltd. (Penguin Modern Sociology — Readings) London, 1971, 360 p.

Esta colecção de ensaios estuda o fluxo de forças que existe por detrás das mudanças políticas, analisando, em particular, o dilema crucial colocado pelos termos reforma-revolução. A indicação das partes em que o volume se divide e dos autores que em cada uma delas se incluem dará uma ideia do interesse da obra organizada por Alessandro Pizzorno, professor de Sociologia da Universidade de Urbino:

1.ª Parte — *On Nature of Politics;* textos de Alexis de Tocqueville (1835), Max Weber (1919), David Easton (1957), Talcott Parsons (1961), Jürgen Habermas (1964).

2.ª Parte — *The Operation of Power;* textos de Karl Marx (1952), Gaetano Mosca (1896), C. Wrigth Mills (1958), Robert A. Dahl (1958),

Carl Kaysen (1960), Edward C. Banfield e James Q. Wilson (1963), Jerzy J. Wiatr e Adam Przeworski (1967), Franz Shurmann (1966).

3.ª Parte — *Groups and Parties;* textos de Samuel H. Beer (1958), Robert Michels (1911), Maurice Duverger (1951), Stein Rokkan e Angus Campbell (1960), Seymour M. L. Lipset (1960).

4.ª Parte — *Conflict and Change;* textos de Erik Allardt (1970), António Gransci (1949), Frantz Fanon (1963), Alain Touraine (1968), Michael Walzer (1969).

Os textos reunidos na colectânea parecem constituir uma excelente introdução ao estudo das obras de alguns dos mais influentes pensadores políticos do nosso tempo: de Marx, Weber, Easton e Wrigth Mills a Touraine e Habermas.

SCHAFFER, H. R. — *The Growth of Sociability* — Penguin Books Ltd. (Penguin Science of Behaviour) London, 1971, 199 p.

A partir do seu primeiro ano de vida a criança estabeleceu já um referencial fundamental que a orienta no mundo real formado pelo complexo humano. Como se desenrola esse processo? Qual é a base da atracção da criança para os outros seres humanos? Como é que ela distingue entre as várias pessoas com quem contacta? Como se definem os primeiros vínculos afectivos? É a todas estas questões fundamentais de Psicologia que este livro procura responder.

WILLS, W. David — *Spare the Child* — Penguin Books Ltd. (Penguin Education Specials), London, 1971, 155 p.

A vida de uma criança num internato levanta problemas decorrentes nomeadamente do carácter anormal em que a relação criança-adulto aí é colocada. *Spare the Child* relata a expriência de um grupo de profesores que procurou diminuir a força da estrutura repressiva, criando em seu lugar uma verdadeira comunidade terapêutica onde as crianças pudessem receber o «quantum» de afectividade que as suas circunstâncias pessoais começaram or negar-lhes.